



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA-UnB
INSTITUTO DE LETRAS-IL
Departamento de Lingüística, Português e Línguas Clássicas-LIP
Projeto de Curso – 147419

PAULO COHEN

9.8 = SS
A

**DISCURSO FORMAL: CONSTITUIÇÃO E PRODUÇÃO EM
CONTEXTO DE SALA DE AULA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR DE BRASÍLIA**

BRASÍLIA, DEZEMBRO DE 2008

**DISCURSO FORMAL: CONSTITUIÇÃO E PRODUÇÃO EM
CONTEXTO DE SALA DE AULA NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO
SUPERIOR DE BRASÍLIA**

APTO

**Monografia elaborada pelo aluno Paulo Cohen (06/37734),
sob a orientação da Profª Drª Cibele Brandão de Oliveira,
do Departamento de Lingüística, Português e Línguas
Clássicas da Universidade de Brasília, com vistas à
obtenção de graduação do curso de Letras Português.**

BRASÍLIA, DEZEMBRO DE 2008

Agradeço à Professora Cibele Brandão de Oliveira, sem cuja preciosa orientação e contribuição não teria conseguido dar cabo à presente monografia, ao meu colega de pesquisa e amigo Ábner Augusto, cuja ajuda foi sempre pertinente e bem-vinda, e a todos aqueles (familiares, amigos e colegas) que tiveram a paciência de me aturar quando minhas conversas só giravam em torno deste trabalho.

*Quando um rio corta, corta de vez
o discurso-rio de água que ele fazia;
cortado, a água se quebra em pedaços,
em poços de água, em água parálitica.
Em situação de poço, a água equivale
a uma palavra em situação dicionária:
isolada, estanque, estancada;
e mais, porque assim estancada, muda,
e muda porque com nenhuma comunica,
porque cortou-se a sintaxe desse rio,
o fio de água por que ele discorria.*

*O curso de um rio, seu discurso-rio,
chega raramente a se reatar de vez;
um rio precisa de muito fio de água
para refazer o fio antigo que fez.
Salvo a grandiloquência de uma cheia
lhe impondo interina outra linguagem,
um rio precisa de muita água em fios
para que todos os poços se enfrasem;
se reatando, de um para outro poço,
em frases curtas, então frase e frase,
até a sentença-rio do discurso único
em que se tem voz a seca ele combate.*

Rios sem discurso
JOÃO CABRAL DE MELO NETO

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO.....	06
2 – FORMALIDADE: PERSPECTIVAS E CONCEITOS.....	09
3 – METODOLOGIA.....	12
3.1 – CONTEXTO.....	14
3.2 – PARTICIPANTES.....	18
3.3 – COLETA DE DADOS.....	19
3.4 – EVENTOS GRAVADOS.....	19
3.5 – <i>CORPUS</i>	20
3.6 – PROCEDIMENTOS.....	20
3.7 – TRANSCRIÇÃO.....	20
4 – ANÁLISE DOS DADOS.....	22
4.1 – ASPECTOS SINTÁTICOS E SEMÂNTICO-LEXICAIS.....	22
4.2 – ASPECTOS FONÉTICOS E FONOLÓGICOS.....	30
4.3 – PISTAS DE CONTEXTUALIZAÇÃO.....	32
5 – CONCLUSÃO.....	34
6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38

1 – INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, muitas pesquisas e muitos estudos lingüísticos tratam das questões de estilo de fala numa perspectiva da variação lingüística, da verdadeira heterogeneidade lingüística que marca a língua e seu uso, procurando mostrar relações entre fatores lingüísticos e fatores extra-lingüísticos.

O discurso informal tem sido o foco dessas pesquisas até aqui. Muito pouco há de documentado sobre o discurso formal, sobretudo no Brasil. O interesse da presente pesquisa se debruça portanto sobre os aspectos da formalidade do discurso, mais precisamente sobre suas características contextuais, sintáticas, semântico-lexicais e fonéticas e fonológicas, assim como sobre a influência do uso lingüístico comum sobre o discurso formal, principalmente em decorrência da ação da “norma lingüística da mídia” (Preti, 1997), mas também das transformações socioeconômicas contemporâneas.

As pesquisas sociolingüísticas de modo geral tratam o tema *estilo* relacionando-o aos aspectos de formalidade e informalidade. Desejamos aqui, pois, abordar a questão do significado e as características do discurso formal e seus aspectos na interação.

Mais precisamente, tratamos de investigar possível aproximação entre o discurso formal e a língua dos falantes comuns (o uso lingüístico comum), de instrução média, mas que sofrem ambos a influência das transformações sociais e, em particular, da norma empregada pelo conjunto da mídia. Dito de outra maneira, buscamos investigar se há processo de uniformização social em curso no que diz respeito à produção do discurso formal, e quais suas características no contexto estudado.

Tendo como objetivo geral averiguar a constituição e produção do discurso formal em contexto específico de uso, o presente projeto pretende chegar aos seguintes objetivos específicos:

- i) Identificar traços na fala dos participantes da pesquisa que caracterizem *discurso formal* (já que na escolha desses falantes é levada em consideração a formação universitária, sendo essa a variável – grau de escolaridade – a base para a formação do *corpus*).
- ii) Estabelecer parâmetros de análise do discurso formal com base nos dados coletados, buscando averiguar aspectos sintáticos, semântico-lexicais, em

menor grau aspectos fonéticos e fonológicos, norma empregada pela mídia e pistas de contextualização.

- iii) Contextualizar a produção e constituição do discurso formal, refletindo sobre as influências e conseqüências das transformações da sociedade brasileira nas últimas décadas sobre a língua, mais precisamente na variante formal.

Para que possamos atingir nossos objetivos, apresentamos quatro questões norteadoras da pesquisa:

1. O contexto de sala de aula em instituições de ensino superior privilegia o discurso formal? Se sim, como e por que.
2. Como definir o discurso formal no contexto institucional estudado e quais seus aspectos e características.
3. Como e em que medida os interagentes ratificam a formalidade no contexto institucional estudado.
4. Quais as influências, para o uso formal da língua, das mudanças sociais e, em especial, da norma empregada pela mídia?

Inserida na linha dos estudos sociolinguísticos interacionais e variacionistas, com viés qualitativo e interpretativista, a presente pesquisa caracteriza-se por uma abordagem com vistas à análise do discurso formal oral em contexto específico e, em menor grau, à pragmática, lançando mão de falas e interações em contexto real de uso.

Nesse sentido, priorizamos os seguintes aspectos:

- Sintáticos (quais as características das variações sintáticas dos falantes na interação).
- Semântico-lexicais (como os falantes selecionam termos que refletem os papéis sócio-culturais que desempenham na interação).
- Em menor grau, fonéticos e fonológicos (quais as características das variações fonéticas dos falantes).
- Meios pelos quais podemos refletir sobre a influência nos falantes das expressões oriundas da mídia, da fala comum fornecida pela norma da mídia.

Revisão da metodologia e da abordagem teórica e metodológica. A pesquisa é qualitativa e interpretativa, com viés qualitativo e interpretativista.

- Pistas de contextualização (quaisquer traços não-lingüísticos que possam servir para constituir a base contextual para interpretação).

Assim, nossa pesquisa pretende contribuir para a compreensão do uso e dos aspectos do discurso formal, como ele se dá e se constitui e quais são as relações de poder implicadas.

Os dados (*corpus*) constituem-se de gravações feitas em salas de aula de instituições de ensino superior, priorizando dinâmicas de grupo baseadas nas discussões, isto é, assistimos a aulas discursivas, mas preferencialmente a aulas em que houve debates e discussões.

Há, portanto, situações de interação que são na prática sempre as mesmas, isto é, gravações conscientes, com momentos mais espontâneos e outros mais tensos, com variações de nível de intimidade entre os interlocutores dos diálogos, como afirma Preti (1997).

Em função dos objetivos estabelecidos, este trabalho pretende chegar aos seguintes resultados:

1. Analisar os dados coletados (a partir dos seus aspectos caracterizadores) e encontrar neles a linguagem correspondente à classificação de *discurso formal*.
2. Contextualizar a produção e constituição do discurso formal, indagando por que o contexto de sala de aula em instituições de ensino superior privilegia o discurso formal.
3. Refletir sobre as influências e conseqüências das transformações sociais ocorridas na sociedade brasileira para a variante formal, em especial as influências e conseqüências da *norma lingüística da mídia* (op. cit, 1997).

2 – FORMALIDADE: PERSPECTIVAS E CONCEITOS

Várias são as perspectivas que podem ser usadas para a análise do conceito de discurso formal, assim como muitas são as conceituações de discurso formal, e ambas estão ligadas à noção de norma culta e suas implicações: discurso da norma, aparelho de referência, difusão e imposição. Faremos aqui considerações sobre algumas perspectivas e, conseqüentemente, algumas conceituações de discurso formal de textos orais.

Num primeiro momento, algumas reflexões sobre o conceito de norma culta na fala; em seguida, num segundo momento, sobre as noções de conversação culta e falante culto.

Segundo Barros (1997), diferentes dicotomias podem ser elaboradas com relação à conceituação de norma culta: igualdade x superioridade funcional, normal x normativo, uso x norma, sistema x norma, entre outros. Neste estudo, tomaremos a distinção de Stanley Aléong (s/d) entre normas explícitas e normas implícitas:

A norma explícita compreende o conjunto das formas lingüísticas que tenham sido objeto de uma tradição de elaboração, de codificação e de preservação. Constitui-se segundo processos sócio-históricos (...). Codificada e consagrada em um aparelho de referência, essa norma é socialmente dominante, no sentido de que ela se impõe como o ideal a respeitar nas circunstâncias que pedem um uso refletido ou controlado da língua, isto é, nos usos oficiais, na imprensa escrita e audiovisual, no sistema de ensino e na administração pública. Quanto às normas implícitas, trata-se dessas formas que, mesmo sendo raramente objeto de uma reflexão consciente ou de um esforço de codificação, não deixam de representar os usos concretos por meio dos quais o indivíduo se apresenta na sociedade imediata.

Como dissemos anteriormente, a lingüística, e mais precisamente os estudos sociolingüísticos, tem se ocupado mais com o funcionamento e a constituição das várias normas implícitas, descrevendo-as e explicitando-as, mas sem valorizá-las de modo diferente. Porém, o peso da norma explícita paira sobre os estudos da linguagem em

decorrência do fato de que os falantes estão, via de regra, preocupados com as questões de “correção” lingüística, com os “belos” usos da linguagem, com os “bons” usos da linguagem (Barros, 1997). E isto se deve ao fato de que há uma norma lingüística explícita legitimada em cada sociedade.

Para precisar o conceito de norma explícita, que se confunde, pois, com o conceito de norma culta, Aléong propõe três pontos a considerar:

1. A existência de um *discurso da norma*. Este discurso classifica os fatos lingüísticos em bons, corretos, errados, belos etc, de onde decorre o caráter prescritivo da norma culta;
2. a remissão a um *aparelho de referência*, isto é, a falantes de autoridade e prestígio em matéria de linguagem e a academias, gramáticas normativas e dicionários;
3. a *difusão e imposição* desse discurso e desse aparelho no sistema de ensino, na imprensa, nos meios profissionais e na administração pública.

Com base nas definições de Aléong e nas análises de Barros, buscamos averiguar como esses três componentes se aplicam à língua falada – se há uma norma explícita para a fala e, em menor grau, se escrita e fala são regidas por uma mesma norma ou por normas diferentes –, a despeito do fato de que, à primeira vista, pelas características apontadas, seja possível deduzir que a norma explícita diz respeito à modalidade escrita.


Numa pesquisa muito interessante feita sobre redações de vestibulares, Barros nos mostra que os usuários da língua têm construções imaginárias sobre escrita e fala e suas normas. Ela demonstra claramente essas diferenças: os vestibulandos “preencheram” a prova com estruturas e vocabulário que julgavam próprios da escrita, em oposição à característica “prosaica” da fala. Eis alguns exemplos: ordem indireta da frase (“tinha eu cinco anos”) e léxico menos usual e mesmo erudito, até precioso (“adentrar” no lugar de “entrar”; “anfitriã” e não “dona-de-casa”; “recinto” e não “sala”; “haver” ou “possuir” em vez de “ter” – talvez considerado coloquial demais para a escrita e por isso sempre substituído: “Eu possuía um cachorrinho”, “Quando eu havia sete anos”, “Eu havia uma boneca”).

Conseqüentemente, podemos afirmar que há, por parte do usuário da língua, uma determinada consciência de que escrita e fala não são a mesma coisa, mas que estão

regulamentadas por regras do bem falar ou escrever, embora não tenham nenhum esclarecimento sobre elas.

Com relação aos aparelhos de referência e de difusão da norma, Barros indica que quando se afirma que a norma explícita é referendada por usuários de prestígio e de autoridade e por academias, gramáticas normativas e dicionários, assume-se, em suma, que a norma explícita diferencia-se das demais normas lingüísticas não por “qualidades” lingüísticas, mas por elementos sócio-históricos (extra-lingüísticos, portanto): “necessidades de organização política, de unificação nacional, de domínio de grupos ou de classes” – inversão que caracterizará o uso da língua de maneira indelével em seus mais variados contextos. “A norma explícita (ou “cult”) é a norma dos locutores de autoridade e prestígio. São eles que respondem pelos usos literários e sagrados da língua, pelos usos das classes dominantes” (Barros, 1997).

Essa ambigüidade das perspectivas e conceituações da norma culta, e de discurso formal, conseqüentemente, marcará o presente trabalho. Importante ter em mente que a norma culta, para a lingüística de modo geral, e para os estudos sociolingüísticos em especial, é uma dentre as demais normas. Não afirmamos em nenhum momento que a norma culta (simultaneamente uma dentre as demais normas e a norma de prestígio e de autoridade) seja a norma dos falantes “literatos” ou a dos falantes da classe dominante, mas sim a norma dos “falantes cultos” – o termo “culto” devendo ser entendido aqui na acepção de “instruído”. Assim, os participantes da presente pesquisa têm um nível universitário de instrução. São falantes que “aprenderam” ou “confirmaram” a norma explícita na escola – um dos lugares estratégicos de sua difusão –, e dela fazem uso sistemático.



3 – METODOLOGIA

Inserida na linha dos estudos sociolingüísticos interacionais e ~~varacionistas~~, com um viés qualitativo e interpretativista, a presente pesquisa caracteriza-se por uma abordagem com vistas à análise do discurso formal oral em contexto específico e, em menor grau, à pragmática, lançando mão de falas e interações em contexto real de uso.

trecho
repetido,
vide p. 7

Nesse sentido, priorizamos os seguintes aspectos:

- Sintáticos (quais as características das variações sintáticas dos falantes na interação).
- Semântico-lexicais (como os falantes selecionam termos que refletem os papéis sócio culturais que desempenham na interação).
- Em menor grau, fonéticos e fonológicos (quais as características das variações fonéticas dos falantes).
- Meios pelos quais podemos refletir sobre a influência nos falantes das expressões oriundas da mídia, da fala comum fornecida pela norma da mídia.
- Pistas de contextualização (quaisquer traços não-lingüísticos que possam servir para constituir a base contextual para interpretação).

A presente pesquisa, portanto, caracteriza-se como qualitativa por buscar averiguar como e por que ^{as coisas} o fenômeno acontece, interpretando-o ao mesmo tempo. A abordagem aqui preconizada tem o contexto como estrutura radial “cujo ponto central é o enunciado falado” (Hanks, 2008). Assim, abordamos muitas vezes o contexto a partir de uma perspectiva do “individualismo metodológico”, isto é, tomaremos exemplos de fala de um indivíduo e procuraremos tomar sua fala como exemplo, porque num contexto “público” de sociointeração, e porque dentro de um enunciado falado.

O enfoque desse tipo de pesquisa, segundo as palavras de Wilson (2008) ao analisar as “motivações pragmáticas”, é o de buscar “observar as condições de uso da língua em situações reais de comunicação, ou seja, o momento em que se põe em evidência a chamada competência comunicativa ou pragmática, considerando agora as relações entre forma e função, entre os fatores gramaticais e sociais”.

Mas quais seriam precisamente as motivações pragmáticas? Segundo Wilson (2008), as mais recentes formulações da teoria pragmática se desenvolvem em duas

✓

relações, ambas centradas no uso, havendo várias definições de “uso”. A pragmática lingüística filia-se à filosofia, mais precisamente, à filosofia da linguagem, ao pragmatismo filosófico e à semiótica; nasce com a idéia de signo, das relações que os signos estabelecem em vários âmbitos. Dessas relações, originaram-se três vertentes: a semântica (que estuda a relação dos signos com os objetos), a sintática (que estuda a relação dos signos entre si) e a pragmática (que estuda a relação dos signos com os intérpretes). Pelas palavras de Wilson (2008):

“Se há signos que não se referem a ou denotam objetos, o que fazer para compreendê-los? De modo semelhante, como também há signos que, numa classificação da gramática tradicional, podem ser considerados pertencentes a uma determinada classe gramatical, mas, em contextos específicos, exercem função diferenciada, como fazer para entendê-los? Então, o contexto extralingüístico, os fatores socioeconômicos, culturais e afetivos envolvidos na comunicação e o modo como os participantes desse contexto estabelecem a interação constituirão elementos-chave para a abordagem de natureza pragmática”.

A pragmática se constitui numa área ampla e diversificada, adquirindo muitas acepções conforme o enfoque adotado. Yule *apud* Wilson (2008) apresenta as seguintes definições: a) é o estudo do significado sob o ponto de vista do falante; b) é o estudo do significado contextual (“o modo como os falantes organizam seus enunciados, aquilo que querem dizer, em relação aos seguintes fatores: a quem vão dizer, como vão dizer, onde e quando vão dizer e sob quais circunstâncias”); c) é o estudo do como se diz além daquilo que é dito (“o estudo do significado subjacente”); d) é o estudo da expressão da proximidade/distanciamento relativo (“em função do tipo de proximidade física, social ou conceitual com relação aos ouvintes, os falantes determinam como e quando precisam dizer”).

Por fim, com base nessas breves reflexões, podemos afirmar que “a pragmática pode ser entendida como a teoria do uso lingüístico”, distinguindo-se radicalmente do pólo formalista da língua.

3.1 – CONTEXTO

A relação entre linguagem e contexto tem sido um dos focos centrais das pesquisas sociolingüísticas hoje, e a definição de contexto oscila em função da abordagem disciplinar que a pesquisa preconizar. Há uma variedade de modos pelos quais a língua e a informação verbais são moldadas pelos contextos sociais e interpessoais do discurso, e vários modos pelos quais a linguagem constitui o contexto e vice-versa. O que se pode afirmar, contudo, é que o foco no contexto acarreta “um refinamento cada vez mais crescente das abordagens da fala, já que é principalmente na elaboração de enunciados falados ou escritos que linguagem e contexto são articulados” (Hanks, 2008).

A importância dada hoje à relação linguagem e contexto deve-se à tendência, que vai em direção ao paradigma funcional, de dar à língua um enfoque e uma perspectiva sociointeracionais e funcionais (Wilson, 2008). A língua não pode ser cortada de seu uso sociointeracional e ser analisada à luz de teorias que não levem em consideração os aspectos ligados ao contexto de produção do discurso e à situação interacional em que se encontra o sujeito que fala – como se a língua estivesse estendida isolada num varal e a pudéssemos analisar separada, cortada de sua “boca”. Nas palavras de Bloomaert (2008), “o discurso é socialmente constitutivo e socialmente condicionado”, “um objeto de poder opaco”, ou, como sustenta Foucault (1970), “ritual da circunstância”.

Não faremos aqui uma descrição densa do contexto nem veremos as instituições utilizadas como “recursos de enquadramento nas análises” (Bloomaert, 2008). Trata-se do pano de fundo, “situação momentânea” (Hanks, 2008), terreno sobre o qual se dão as falas analisadas. Entretanto é importante refletirmos sobre os aspectos de que fala Wodak *apud* Bloomaert (2008):

Em sociedades modernas, domínios [socialmente importantes] são incorporados em instituições estruturadas em termos de relação de poder social e caracterizadas por divisões específicas de trabalho. No interior das instituições, as elites (consistindo tipicamente de homens brancos) ocupam as posições dominantes e, portanto, detêm poder. Elas determinam o que Bourdieu chama de “mercado simbólico”, isto é, o valor e o prestígio do capital simbólico (ou certo comportamento comunicativo). Isso pode ser

facilmente visualizado nos registros técnicos utilizados por todos os grupos profissionais, mas também se manifesta de maneira menos evidente na forma de estilos preferidos e certas estratégias comunicativas.

O contexto global de nossa pesquisa é o de sala de aula de instituições de ensino superior na cidade de Brasília. Foram pesquisadas três instituições, uma pública e duas privadas.

Na Universidade de Brasília (UnB), instituição de ensino superior fundada em 1962 dentro do projeto maior que representava a construção da nova capital do País, foram pesquisados dois institutos e uma faculdade, mais precisamente a Faculdade de Direito, o Instituto de Física e o Instituto de Letras, e as seguintes respectivas disciplinas: Prática e Atualização do Direito I: Direitos Humanos; Prática do Ensino de Física; Português Diacrônico.

A Universidade de Brasília conta hoje com 24.381 alunos regulares em graduação, 3.820 alunos em especialização, 3.289 mestrandos e 1.787 doutorandos (dados de 2008). A universidade oferece 63 cursos de graduação, 65 cursos de mestrado e 45 cursos de especialização e doutorado (dados de 2008). No atual quadro acadêmico nacional, e a despeito das dificuldades crônicas e sistêmicas com que se tem confrontado, trata-se de uma das mais conceituadas universidades públicas do Brasil, apresentando produção de excelência em várias áreas do conhecimento. A escolha das disciplinas deu-se em razão dos seguintes fatores. Em Direito, por se tratar de uma área historicamente afeta à produção de discurso formal tanto em sua prática (discurso formal oral) quanto na elaboração de sua produção escrita correlata. Em Física, por se tratar de uma área de ciências exatas, isto é, tentamos também verificar se a produção de um conhecimento técnico, específico, lógico, exato e matemático afeta o discurso produzido por aquela comunidade de falantes. Em Letras, por razões um pouco mais óbvias, desejamos averiguar, por se tratar de falantes mais ligados aos estudos dos fenômenos da linguagem, no caso da disciplina estudada mais precisamente às questões relativas à evolução da língua portuguesa no Brasil, se esses falantes monitoram mais o discurso que produzem, ou não.

A disciplina Prática e Atualização do Direito I: Direitos Humanos é uma disciplina da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília com 16 alunos matriculados, que se encontram no quarto semestre (período noturno) do Curso de Direito. Com quatro horas

de aula semanais, a disciplina caracteriza-se por ser teórica, reflexiva, com ênfase na formação humanística, crítica e de valorização da pesquisa. Mais exatamente, aborda a temática dos direitos humanos, e seu projeto didático-pedagógico parte dos princípios do constitucionalismo, começando com aulas expositivas para passar a apresentações em grupo de casos, debates e discussões, que, por sua vez, formam a base para a elaboração do trabalho final individual. Segundo a professora da disciplina (Doutora Alejandra Pascual), os alunos têm elevado nível crítico, formação consistente, grande maturidade intelectual, apresentando responsabilidade e dedicação para com os estudos e a produção científica.

A disciplina Prática de Ensino de Física é uma disciplina do Curso de Licenciatura em Física (período noturno) do Instituto de Física da Universidade de Brasília, com 9 alunos matriculados, que se encontram no sexto semestre do curso. Com seis horas de aula semanais, a disciplina destina-se aos futuros professores de Física do ensino médio e caracteriza-se por fornecer aos licenciandos subsídios teóricos e metodológicos que os capacitem para a prática do ensino de Física, desenvolvendo-se com aulas teóricas, seminários e aulas dadas pelos alunos, estudo e análise de textos. Mais precisamente, a disciplina caracteriza-se pela realização de estágios em escolas de ensino médio pelos licenciandos. Os alunos têm em comum o fato de trabalharem em período integral e, à noite, freqüentarem o curso. Segundo a professora (Doutora Fátima Verdeaux), alguns já estão lecionando, outros trabalham em áreas completamente distintas da Física (são bancários, militares etc).

Por fim, a disciplina Português Diacrônico é uma disciplina do Departamento de Português, Lingüística e Línguas Clássicas (LIP) do Instituto de Letras com 29 alunos matriculados, que se encontram, em sua grande maioria, no sétimo semestre do Curso de Letras-Português. Com quatro horas de aulas semanais, a disciplina destina-se aos futuros professores de Língua Portuguesa do ensino médio e, segundo o professor (Doutor Marcos Bagno), caracteriza-se por dar aos licenciandos subsídios teóricos e analíticos para o estudo da história da língua portuguesa (origens, fatos históricos relevantes, periodização, gramática histórica – fonética, morfologia, sintaxe, léxico), por fornecer métodos e teorias da lingüística histórica (famílias lingüísticas), desembocando no estudo específico do português brasileiro (origens, desenvolvimentos e principais características). Trata-se de aulas expositivas, com avaliações periódicas por escrito, sem apresentações de seminários ou outras exposições pelos licenciandos.

A primeira instituição de ensino superior privada objeto de nossa pesquisa é o Centro Universitário do Distrito Federal (UnIDF). Fundado em 1967, foi a primeira instituição de ensino superior particular inaugurada no Distrito Federal. A instituição possui 11 cursos de graduação com quatro anos ou mais de duração e outros 12 de curta duração (dois anos) e 7 cursos de pós-graduação, com cerca de 10.900 alunos no total. A instituição fora outrora referência em formação na área do Direito e hoje tem encontrado dificuldades para se manter com o mesmo nível acadêmico e prestígio que apresentava nesta área do conhecimento, já que a concorrência para as instituições privadas de ensino superior tem se tornado mais e mais acirrada.

*Também
por questões
éticas, tais
comentários
devem ser
evitados*

No UnIDF pesquisamos a disciplina Direito Processual Civil do Curso de Direito (período noturno). Com 61 alunos matriculados, que se encontram no quarto semestre do curso, e quatro horas semanais de aula, a disciplina caracteriza-se por dar elementos teóricos e práticos aos alunos que os capacitem a montar petições no âmbito do direito processual civil. Além disso, fornece aos alunos estudos de casos, a fim de que montem, em grupo, suas diferentes análises e soluções processuais para os casos estudados. As aulas são majoritariamente expositivas, havendo também aulas em que os alunos fazem suas apresentações. As avaliações são periódicas, por escrito (simulação de um processo civil – avaliação individual), mas também há apresentações de casos (avaliações em grupo). Os alunos têm em comum o fato de trabalharem em período integral e, à noite, freqüentarem o curso. Segundo o professor (Doutor Carlos Maroja), a classe apresenta uma grande heterogeneidade, alguns alunos já estão trabalhando em escritórios de advocacia como estagiários ou em serviços administrativos, outros trabalham em áreas completamente distintas do Direito (são bancários, professores de ensino médio ou universitários, profissionais liberais, militares, funcionários públicos etc).

A outra instituição de ensino superior particular pesquisada é a Universidade Católica de Brasília (UCB). Fundada em 1975, a UCB conta hoje com um grande e moderno campus que se situa em Taguatinga e dois outros no Plano Piloto, menores e menos equipados, onde acontecem seus 31 cursos de graduação (incluídos aqui os cursos de curta duração), seus 11 cursos à distância, área em que se encontra bem mais à frente que suas concorrentes particulares, os 10 cursos de mestrado e os 3 de doutorado, perfazendo um total de aproximadamente 12.400 alunos regulares nos cursos presenciais de graduação, mais de 2.000 alunos regulares nos cursos à distância e cerca de 1.200 alunos nos cursos de pós-graduação.

Na UCB, pesquisamos a disciplina Design Gráfico para Publicidade do Curso de Comunicação Social, Bacharelado em Publicidade (período diurno). Com quatro horas de aulas semanais e 14 alunos matriculados, que se encontram no quarto semestre do curso, a disciplina caracteriza-se por dar subsídios teóricos e práticos aos alunos, além de aspectos da história e da iconografia do design de modo geral, a fim de os capacitarem a produzir produtos e campanhas publicitárias. Mais precisamente, ela acontece em laboratório específico e se dá por meio de aulas expositivas clássicas e com recursos multimidiáticos, além de debates e freqüentes apresentações de profissionais da área (palestras). As avaliações são teóricas e práticas, isto é, os produtos e campanhas também são confeccionados para fins de avaliação. Segundo o professor (Frederico Barboza Jr), os alunos têm em comum o fato de que nenhum deles trabalha, estudam em dois períodos (manhã e tarde), apresentam uma grande capacidade criativa, têm formação consistente, estão seguindo o curso com uma percepção definida pelo mercado, por uma visão prospectiva dada pelo mercado.

As negociações se deram diretamente com os professores das disciplinas. Em nenhum momento houve necessidade de nos dirigirmos aos superiores hierárquicos nem de apresentar documentos por escrito, solicitando o acesso e as gravações das aulas. De maneira sucinta, nós lhes explicávamos o objeto e o objetivo da nossa pesquisa, quais os seus propósitos e quais os procedimentos adotados para a coleta de dados. Na realidade, essas negociações foram cordiais, rápidas e muito claras, resultando numa boa contribuição que cada professor pôde nos dar, ao término das gravações em sua turma, referente sobretudo às características da disciplina e dos alunos.

3.2 – PARTICIPANTES

Os participantes são professores e alunos de cursos regulares de graduação das instituições de ensino superior mencionadas. Nenhum deles foi entrevistado diretamente. Tanto professores quanto alunos tiveram suas participações e intervenções gravadas num contexto maior da aula da disciplina de que são responsáveis e em que estão matriculados.

As características mais marcantes são as seguintes: faixa etária muito heterogênea, indo desde alunos de 19 anos a alunos cuja idade é superior a 50 anos, em razão da maioria dos cursos pesquisados serem noturnos. Tal heterogeneidade marca também as classes socioeconômicas e meios de onde são oriundos. Por fim, a grande maioria desses alunos encontra-se já no mercado de trabalho, inclusive exercendo funções muito distintas das suas respectivas áreas de estudo/formação atual. Apresentam, portanto, sistemas lingüísticos compartilhados (dos quais depende a inteligibilidade do discurso), mas processos cognitivos e uso da língua bastante heterogêneos, a despeito do contexto global em que estão.

3.3 – COLETA DE DADOS

Para a coleta de dados, utilizamos gravações feitas com gravador digital em salas de aula das instituições de ensino superior utilizadas, priorizando dinâmicas de grupo baseadas nas discussões, isto é, assistimos a aulas expositivas, mas também a aulas em que houve debates, discussões e apresentações de alunos.

Trata-se de 7 horas e 40 minutos de gravação de áudio, correspondentes a 5 aulas gravadas de 1 hora e 40 minutos (em média) cada uma, coletadas no período de 13 de outubro a 4 de novembro de 2008.

Houve, portanto, situações de interação que foram na prática sempre as mesmas, isto é, gravações conscientes, com períodos mais espontâneos e outros mais tensos, com variações de nível de intimidade entre os interlocutores dos diálogos (Preti, 1997).

3.4 – EVENTOS GRAVADOS

Os eventos gravados consistem em aulas expositivas e debates e discussões em salas de aula das instituições de ensino superior utilizadas. Nesses eventos quem fala primeiro é via de regra o professor, havendo uma rotina determinada pelo programa da

disciplina a cumprir e pelas dinâmicas e propostas didático-pedagógicas feitas pelos professores em função de ^o tal ou tal conteúdo ministrado.

Não houve gravação de imagem.

3.5 – CORPUS

O *corpus* da presente pesquisa ^{constitui-se de} apresenta-se em 7 horas e 40 minutos de aulas expositivas e de debates e discussões em sala de aula, gravadas nos respectivos cursos pesquisados.

O *corpus* não se compõe apenas de aulas expositivas. Parte significativa é formada por gravações de debates, discussões e apresentações de alunos.

3.6 – PROCEDIMENTOS

Os critérios e aspectos adotados para o recorte dos dados baseiam-se na relevância que têm para as identificações do discurso formal oral numa análise qualitativa. Assim, buscamos abordar a questão sobre o que significa a formalidade em termos de características observáveis no contexto de sala de aula de instituições de ensino superior, a fim de atendermos aos requisitos da pesquisa qualitativa.

4.7 – TRANSCRIÇÃO



A transcrição foi feita das elocuções que atendiam aos nossos interesses, que correspondiam às características identificáveis de formalidade do discurso, assim como do seu oposto, suas marcas desviantes.

As transcrições seguem as normas descritas no quadro a seguir (cf. Preti, 1997). Algumas observações se fazem necessárias para a compreensão das normas adotadas para transcrição:

- Nomes de obras ou nomes comuns estrangeiros são grifados.
- Números estão por extenso.
- Não se indica ponto de exclamação.

- Não se anota o cadenciamento da frase.
- Sinais podem ser combinados. Por exemplo: oh::... (alongamento da vogal e pausa).
- Não se utilizam sinais de *pausa*, típicos da língua escrita, como ponto-e-vírgula, ponto final, dois pontos, vírgula. Para marcar de algum modo os sinais de pausa, utilizamos nesta pesquisa um espaçamento maior entre as estruturas.
- As reticências marcam qualquer tipo de pausa na elocução, conforme o quadro a seguir.
- Em **negrito**, encontram-se as ocorrências características de cada aspecto analisado e exemplificado. Na transcrição dada como exemplo que não tiver grifos em **negrito**, é porque a sentença como um todo é ilustrativa do aspecto analisado.

NORMAS PARA TRANSCRIÇÃO

OCORRÊNCIAS	SINAIS	EXEMPLOS
Entonação enfática	maiúscula	porque o juiz NÃO pronuncia a sentença
Prolongamento de vogal e consoante (-s-, -r-, por exemplo)	:: podendo aumentar para :::: ou mais	aos processos:: éh:: valor da petição
Silabação	- (um traço) entre as sílabas	em razão de jul-ga-men-to
Interrogação	?	cês lembram disso, né?
Qualquer pausa	...	Há alguns motivos... ou motivações...
Comentários descritivos do transcritor	((minúscula))	((tossiu))
Comentários que quebram a sequência temática da fala; desvio temático	-- --	o valor da petição -- vamos dar essa notação -- demanda a definição da competência
Superposição, simultaneidade de vozes	 ligando as as linhas	 na próxima aula do professor na quinta-feira?
Indicação de que a fala foi tomada ou interrompida em determinado ponto – não no começo, por exemplo	(...)	(...) percebe-se o pronunciamento de uma idéia estética...
Incompreensão de palavras ou segmentos	()	do nível de renda () nível de renda médio ()
Hipótese do que se ouviu	(hipótese)	(estou) preocupado com (a menção)
Truncamento (havendo homografia, usa-se acento indicativo da tônica e/ou timbre)	/	e comé/ qui é
Nomes próprios ou siglas	Iniciais maiúsculas	perante à Corte Internacional de Haia

4 – ANÁLISE DOS DADOS

O estudo e a análise de aspectos lingüísticos podem se dar de acordo com os vários níveis, as várias marcas envolvidas. No nosso caso, analisamos certos aspectos das produções de fala ligados aos níveis sintáticos (qual a estrutura de organização do discurso formal na frase) e semântico-lexicais (qual a ^{como se} ^{determina} ^{as} escolhas de termos dos falantes). Em menor grau, analisamos também aspectos fonéticos e fonológicos identificados no discurso formal do contexto estudado.

4.1 – ASPECTOS SINTÁTICOS E SEMÂNTICO-LEXICAIS

Nos trechos escolhidos, podemos identificar as seguintes características sintáticas e semântico-lexicais da composição do(s) discurso(s) dos falantes cultos:

- ☉ Vocabulário mais amplo, com menor uso na linguagem comum, vocabulário mais preciso, com frases mais elaboradas:

a corrente vai sair dos pólos e agora éh:: vai se bifurcar em ambas as direções
eu vou coincidir as extremidades das lâmpadas e vou ligá-las às baterias
ele ficou até ruborizado

não se pode ignorar os elementos que serão tratados perante à Corte Internacional de Haia e que nos afetarão a todos

em geral são três sistemas o europeu desenvolvido na década de 1950 o sistema interamericano que foi criado na década de 1960/70 e o sistema africano que começa a operar a partir da década de 1980

o valor da causa como nós vínhamos falando éh:: vai ser aquele requisito da petição inicial éh:: que vai guardar normalmente uma correspondência para com o benefício patrimonial visado pela parte autora

a noção de que em pesquisa o pesquisador éh:: tem uma postura inteiramente imparcial é uma grande falácia

eu acho que poderia ser interessante essa mudança de enfoque do Direito nesse novo paradigma com relação à pesquisa (...) para que o pesquisador tenha uma outra posição (...)

(...) a questão da territorialidade, que representaria um apego à sua história e portanto uma razão maior de luta

os pressupostos de culpa vão ser automaticamente passados para o agente estatal

ele trata de uma linha evolutiva da racionalidade que o nosso autor não aborda

o meu trabalho é um trabalho essencialmente teórico em direito comparado cuja área é direitos humanos

então ainda QUE a sua demanda não tenha expressão econômica e é possível que isso ocorra pois é possível que haja uma demanda com fundamento puramente moral

esse livro *Tornar-se Negro* é uma obra que trata dessa questão de forma bastante contundente

a Constituição deve permitir que as designações sejam cumpridas

como aconteceu em muitos países da América Latina Brasil inclusive

a questão é:: tornar-se negro

como ênfase no fato de que tudo que aconteceu na evolução da língua é:: e isto para mim é o mais importante aconteceu no passado e continua a acontecer no presente

enfim Cuba é um exemplo porque é o único país da América Latina que aplicou esse princípio à constituição

mas nada era feito para combater esse problema especificamente

e a experiência mostrou o contrário que esses problemas não foram combatidos pontualmente

por exemplo no Brasil os grupos étnicos ficaram muito dispersos no caso do Peru em que eles tinham uma mobilização maior um apego maior com o território a questão se deu de outra forma

é uma questão que demonstra claramente as vinculações que eles construíram de uma certa forma

dentre os textos indicados serão cobradas as leituras dos dois primeiros

terminologia consagrada na lingüística histórica para definir e tipificar processos de transformação que ocorrem na língua

⇒ Vocabulário técnico:

se um juiz, no julgamento, conseguir é:: um benefício além ou maior ou MENOR do que foi pedido é:: a gente vai passar a ver que se trata de hipótese de **sentença extra, ultra ou intra, dita intra**, para é:: evitar **sentenças tipicamente nulas**

microondas é um outro processo trata-se de **radiação eletromagnética**

o **i linha** percorre toda a lâmpada um que eu vou chamar de **R1**

a **base teórica** é:: num contexto latino-americano a gente buscou autores latino-americanos para fugir um pouco da visão **eurocêntrica**

os **pressupostos de culpa** vão ser automaticamente passados para o agente estatal

o **processo civilizatório** da América Latina

ele trata de uma **linha evolutiva** da **racionalidade** que o nosso autor não aborda

e a experiência mostrou o contrário que esses problemas não foram combatidos **pontualmente**

porque ainda temos essa **doutrina** socialista

(...) a questão da **territorialidade**, que representaria um apego à sua história e portanto uma razão maior de luta

e tem essa questão da **auto-determinação** que já não se configura da mesma forma nos **afro-descendentes** (...) TECNICO

por exemplo no Brasil os **grupos étnicos** ficaram muito dispersos no caso do Peru em que eles tinham uma mobilização maior um apego maior com o território a questão se deu de outra forma

hoje eu gostaria de falar sobre os fenômenos chamados **metaplasmos**

terminologia consagrada na **lingüística histórica** para definir e **tipificar** processos de transformação que ocorrem na língua

⇒ Estruturas que lembram normas da gramática tradicional, que remetem à formação do falante:

como está ilustrado ali no quadro vejam eu vou **ligá-las** **percebam o tanto** de luminosidade que estas lâmpadas estão emitindo

se eu ligar todas as baterias numa única bateria **elas serão** como se fossem uma só

agora eu vou **ligá-las** à bateria

a linha de curvatura **apresentada pelo colega como exemplo**

o meu trabalho é um **trabalho essencialmente teórico** em direito comparado **cujá** área é direitos humanos

esse livro *Tornar-se Negro* é **uma obra** que **trata dessa questão de forma** bastante contundente

como aconteceu em muitos países da América Latina Brasil **inclusive**

essa **questão** dos privilégios **que eu coloquei** **equiparando** o caso dos indígenas com o dos negros éh::

ele pode não ter tido esse processo de colonização

ainda que pudesse não poderia afirmar

⇒ Ocorrência de relativo *cujo/a*, muito pouco produtivo no uso lingüístico comum:

por exemplo a competência dos juizados especiais para as causas **cujó** valor não exceda quarenta salários mínimos correto?

quem trabalha com movimentos sociais **cujas** características são essas mesmo sabe que é assim

o meu trabalho é um trabalho essencialmente teórico em direito comparado **cujá** área é direitos humanos

Mas também percebemos a ocorrência, incorporada no discurso culto, talvez para dar algum efeito expressivo, e isto sob influência do uso lingüístico comum, de várias marcas de um discurso coloquial, popular, cheio de marcas de informalidade:

- ➡ Gírias e vocábulos de intensificação expressiva, efeito hiperbólico; redução do pronome pessoal *você*, pronome pessoal *tu* conjugado como *você*, mistura de tratamentos gramaticais *tu/você* (e outras misturas de tratamento), gerundismo:

➤ agora se **você** deixá correr **tu vai vê** a moto **vai no pau direto**
qual é o tchã-tchã-tchã aqui? é a soma de todas as resistências **vocês sacaram?**

isso aí que é **a matada final** que o aluno vai perceber

a **galera** fica sem saber eles ficam sem saber no final

o valor da causa vai ser um elemento que pode influir na determinação da competência **cês** lembram disso né?

Pô éh:: assim então o **cara tá** pegando três mil reais então vô tê que contratar um advogado pra reaver três mil reais

outra coisa é que ainda não está constituído em movimento social éh:: não tem **tipo tipo** uma organização voltada para um projeto **tipo assim**

na semana que vem éh:: **estaremos finalizando** esse projeto **pra** vocês

✕ agora se **você** deixá correr **tu vai vê** a moto vai no pau direto
a **galera** fica sem saber **eles ficam** sem saber no final
nós temos **só quatro aulas só**

- ➡ Variações sintáticas:

1) Pronome pessoal do caso reto em posição de objeto

a bateria fica aqui **cê pega ela** e liga (...)

vou citar um episódio eu **segurei ele** e então por acidente ele sufocou éh: ele sufocou dentro do camburão

às vezes um poder simbólico que você não consegue **distinguir ele** bem

2) Supressão do pronome relativo *cujo*, substituído pelo relativo *que*

a OEA **que** o Conselho de Regulação impôs pode prosseguir com o processo os movimentos **que** as características não se definem vão enfrentar muitas dificuldades

3) Apagamento das preposições nas orações relativas

esse trabalho é parte do **projeto de pesquisa que** a Alejandra me chamou pra participar

o **seminário que eu falei** vai começar no início de dezembro

4) Uso de relativo *onde* sem referência a locativo

tem uma **pasta onde** tão os materiais. *O locativo é pasta, local onde se encontram os materiais*
o **livro onde** eu li essa resenha é da biblioteca

5) Uso do pronome pessoal *você* como sujeito indeterminado

aqui não tem como **você** tirá o racismo da discussão

por exemplo tem um milhão seria como se **você** tivesse vinte por cento

não é o fato de ser miscigenado que **você** vai ter é:: uma situação porque:: nos Estados Unidos por exemplo **você** tem uma situação::

6) Regências não previstas pela norma culta

o professor não **assistiu o filme** não

eu vou **dizer aqui pra vocês** que é um problema econômico

7) Uso de verbo *ter* com sentido de existência

de direitos humanos **tem** três sistemas

tem bateria que não liga

por exemplo **tem** um milhão, seria como se você tivesse vinte por cento

inclusive **teve** um seminário aqui que tava tratando dessa questão

tem uma pasta onde tão os materiais

8) Uso do substantivo *coisa* em substituição a um termo mais preciso (formal)

uma das **coisas** que eu acharia é que há um endurecimento nos debates é::

mas pelos valores constitucionais eu creio que seja uma **coisa** que dê pra levar

9) Redução da morfologia verbal

agora se você deixar correr **tu vai** vê a moto vai no pau direto

inclusive teve um seminário aqui que **tava** tratando dessa questão

tem uma pasta onde **tão** os materiais

10) Próclise em início de frase

me entreguem os trabalhos na data marcada

11) Contração da preposição *de* com o artigo que introduz sujeito de infinitivo

o fato **dela não ter** visto a apresentação é:: eu acho que não é bem um problema né?

o fato do regimento interno ser o fato **dele** ser longo::

12) Uso do pronome *lhe* como objeto direto

eu nunca **lhe** vi na aula desse professor antes

De todas as variações sintáticas alencadas acima e a seguir (de 1 a 19), que consideramos como marcas sintáticas desviantes, verificamos a ocorrência da maioria delas (de 1 a 13), umas mais produtivas, outras menos produtivas. Essas variações

podem ser consideradas como oriundas das marcas da informalidade, caracterizam-se por serem variações típicas do uso lingüístico comum, da fala coloquial e familiar, portanto mais de âmbito privado do falante. No contexto pesquisado – de fala culta, de falantes instruídos – elas se revelaram variações amplamente produtivas hoje – sobretudo as variações 1, 2, 4, 5, 7, 8, 10 e 11. Por um lado, isto se deve à disseminação operada sobretudo pelos meios de comunicação de massa, do qual estamos todos ao alcance, de uma linguagem *prototípica* (e que serve para todos) cuja tendência é ir ao encontro de um denominador comum entre formalidade e informalidade, entre espaço público e espaço privado, facultando ao falante inclusive a “liberdade” de poder oscilar o discurso entre esses âmbitos, fenômeno muito recorrente nas falas analisadas nesta pesquisa. Verificamos que o falante do contexto estudado, num determinado momento da sua fala, como que ansiasse pelas características da informalidade, buscasse por elas. De fato, percebemos que ele as incorpora de pronto e de bom grado ao seu discurso formal oral – que nunca inclusive é em sua totalidade *caracteristicamente* formal – pois o efeito, geralmente, não lhe será negativo. Podemos afirmar que o falante do contexto estudado atinge resultados de comunicação muito mais amplos ao recorrer à informalidade, além de angariar imediatamente a simpatia daqueles que o escutam.

Por outro lado, as variações sintáticas abaixo (13 a 19), consideradas mais características de falantes de instrução média, portanto de falantes que se caracterizam pelo uso lingüístico comum, são em sua maioria estigmatizadas, pois têm como marca serem variações sintáticas das classes desprestigiadas e de pouco letramento ou letramento nulo (principalmente 14, 15, 17) ou são características de falares regionais (13, por exemplo), também estigmatizados, ainda que em menor grau (Bagno, 2007). Essas variações não foram produtivas no contexto estudado, havendo apenas a ocorrência da 13:

13) Perda dos reflexivos, recíprocos e indeterminados

vou citar um episódio eu segurei ele e então por acidente ele sufocou éh: **ele sufocou dentro do camburão**

14) Não concordância na ordem verbo-sujeito (por exemplo, “Surgido os primeiros contatos”).

15) Flexão do advérbio *meio* (por exemplo, “Ela anda *meia* confusa”).

16) Uso indistinto de *onde* por *aonde* e vice-versa (por exemplo, “Onde você pensa que vai?”/“Aonde você está?”).

17) Eliminação das marcas de plural, marcado em geral somente nos primeiros determinantes (por exemplo, “Os menino”/“Aqueles casa”).

18) Discordância entre verbo e sujeito posposto (por exemplo, "Alguns clubes italianos ainda era relativamente modestos porque milionário aqui só existia nessa ocasião três ou quatro").

19) Formas irregulares do subjuntivo confundidas com o infinitivo (por exemplo, "Aqui em Brasília se você não por uma gravata você não é bem recebido").

Outras características:

- Frases truncadas, discurso que se assemelha à organização frasal da informalidade; e frases cujos termos são fornecidos pela fala da mídia:

o:: STF... não poderia ter imposto por exemplo:: todo mundo não tinha que ser algemado? ao invés de que ninguém vai algemado?... tem outras questões de segurança e tal

os indígenas:: eles às vezes não é que eles aqui eles essa questão dos privilégios que eu coloquei equiparando o caso dos indígenas com o dos negros éh::

essa questão negra de ser negro tem uma dificuldade que se a pessoa acaba se promovendo e quando ela consegue se promover ela acaba deixando de ser negra, deixa a cultura negra de lado ela acaba se embranquecendo então:: mas o Micheal Jackson mas internamente a cultura dela ela cria...

- Formas onomatopaicas:

qual é o **tchã-tchã-tchã** aqui? é a soma de todas as resistências vocês sacaram?

Observamos também que, num mesmo momento de fala, há marcas de linguagem que revelam ligações com um pretense nível culto e um nível popular, variações que se encontram no que já chamamos aqui de uso lingüístico comum, fazendo o discurso se alternar entre formalidade e informalidade. Os exemplos mais freqüentes são de duas ordens:

- Em nível lexical:

você coloca igual a **galera** pensa que é **mas em seguida** você dá o **contra-exemplo** na hora de mostrar os cálculos **a galera percebe** que não é igual

o valor da causa então é **extremamente relevante porque ele vai incutir uma série** de efeitos dentro de uma relação processual **é:: de cara** o valor da causa vai determinar a base de cálculo para cobrança da taxa judiciária

eu acho que poderia ser interessante **essa mudança de enfoque do direito nesse novo paradigma com relação à pesquisa (...)** para que o pesquisador tenha uma outra posição (...) pra não ficar no laboratório **todo mundo ratinho caminhando no laboratório**

aí:: expondo aí:: pro Estado **aí:: sua inflexão de provocar** **aí:: uma petição visando à** posição do requerente

o que me chama a atenção é a pessoa que tá algemada ela tá numa situação de subsunção ao agente estatal

☞ E em nível das estruturas gramaticais:

vejam agora **há** muitas baterias (...)

tem bateria que não liga

são três sistemas (...)

de direitos humanos **tem** três sistemas

Por fim, com relação aos extremos, verificamos apenas a ocorrência de falas que atestam a produtividade do discurso formal oral no contexto estudado, isto é, marcas características de uma linguagem que se aproxima da escrita:

o valor da causa então é extremamente relevante porque ele vai incutir uma série de efeitos dentro de uma relação processual

não se pode ignorar os elementos que serão tratados perante à Corte Internacional de Haia e que nos afetarão a todos

Quanto ao outro extremo, isto é, as marcas características de escolaridade baixa ou escolaridade nula, elas não foram encontradas em grande produtividade, mas apenas nos casos relatados e analisados neste capítulo (cf. variações sintáticas e variações fonéticas).

4.2 – ASPECTOS FONÉTICOS E FONOLÓGICOS

Antes de abordarmos esses aspectos na análise da presente pesquisa, é importante ter em mente a distinção feita pelos estudos lingüísticos atuais entre fonética e fonologia. Fonética é o estudo dos sons da fala. Há estreita ligação entre essa disciplina e a lingüística. Os foneticistas investigam tópicos como a base anatômica, fisiológica e neurológica da fala, a ação dos órgãos da fala na produção dos sons da fala, a natureza acústica das ondas sonoras que transmitem a fala e a maneira como o ouvido e o cérebro interpretam a fala. Fonologia, por sua vez, é o ramo da lingüística que estuda os sistemas de sons da fala. A fonologia trata da maneira como os sons funcionam nas línguas, e é uma parte central da lingüística. Foi preciso muito tempo para que os lingüistas compreendessem a diferença entre fonética e fonologia, e somente no início do século XX, com os trabalhos de Mikolaj Kruszewski e Jan Bourdouin de Courtenay, estabeleceram-se os fundamentos da fonologia como disciplina (Trask, 2004). O conceito central, pois, da abordagem fonológica é o princípio do *fonema*, cuja compreensão acarretou grandes avanços na análise dos sistemas sonoros das línguas, mas principalmente a compreensão de que os sons de uma língua constituem um sistema ordenado, e não apenas um amontoado de sons individuais.

O fonema, por sua vez, é cada uma das unidades sonoras básicas de uma língua. Segundo Trask (2004), toda língua falada, mais precisamente, “toda variedade lingüística passível de ser distinguida na fala”, tem um pequeno conjunto de unidades sonoras abstratas básicas, consoantes e vogais, e toda palavra precisa consistir numa seqüência autorizada dessas unidades significativas básicas, que são os fonemas. No que diz respeito ao português, por exemplo, teríamos 23 fonemas consonantais; quanto às vogais, estima-se que seriam um conjunto de 7 vogais orais.

Posto isto, é importante saber que a presente pesquisa limitar-se-á a analisar os aspectos ligados às variações fonéticas cujas marcas foram identificadas, assim como aos seus opostos, às marcas desviantes. Essas variações fonéticas são, ao mesmo tempo, o efeito de tendências fonéticas diacrônicas da língua e a origem de mudanças e evoluções fonológicas em andamento (no sistema de sons da língua) (Bagno, 2007).

A identificação necessariamente se faz por oposição. Arrolaremos as várias marcas desviantes das variações fonéticas, exemplificando-as e mencionando apenas as variações encontradas na presente pesquisa.

De todas as marcas de variação fonética que buscamos averiguar:

- A) perda da vogal pós-tônica em proparoxítonas (por exemplo, “fósforo/fósfo”; “bêbado/bêbo”);
- B) desnasalização de nasais finais (por exemplo, “homem/home”; “virgem/virge”);
- C) redução de ditongos crescentes em sílaba final (por exemplo, “salário/salario”; “polícia/poliça”);
- D) rotacismo: troca do *-l-* por *-r-* em encontros consonantais (por exemplo, “flamengo/framengo”; “plano/prano”);
- E) vocalização das palatais (por exemplo, “palha/paia”; “banho/bãio”);
- F) redução ou assimilação da terminação *-ndo* em *-no* (por exemplo, “cantando/cantano”; “tomando/tomano”);
- G) ditongação da vogal tônica seguida de *-s* (por exemplo, “três/treis”; “faz/fais”);
- H) redução de *-em* e *-en* inicial em *-in* (por exemplo, “embarcação/imbarcação”; “ensolarada/insolarada”);
- I) nasalização das sílabas iniciais simples /i/ e /e/ (por exemplo, “imoral/inmoral”; “educado/inducado”);
- J) anulação da oposição fonológica entre /e/ e /i/ e entre /o/ e /u/ em posição pretônica (por exemplo, “menino/minino”; “coruja/curuja”);

observamos a produção importante e sem distinção, tanto de professores quanto de alunos, de três variações fonéticas:

- redução de ditongos decrescentes diante de consoantes palatais ou da vibrante simples (“beijo/bêjo”; “queijo/quêjo”; “ouro/oro”);
- apagamento do *-r* em final de palavra, sobretudo, percebemos, em final de infinitivo (“cantar/cantá”; “amor/amô”; “vender/vendê”);

- perda da força de emissão da vogal final átona /o/ e /e/, tornando-se /u/ e /i/ (“querido/queridu”; “quente/quenti”);

A razão disso deve-se ao fato de que todas as outras variações fonéticas alencadas ou são demasiadamente estigmatizadas porque características das classes desprestigiadas e de pouco letramento ou letramento nulo (de A a E, por exemplo), não sendo produtivas no contexto estudado, ou são características de falares regionais, isolados dos centros urbanos, variações também estigmatizadas, ainda que em menor grau (de F a J) (Bagno, 2007).

Por fim, ainda que digam respeito ao âmbito da escrita culta, Bagno (2001) tece reflexões pertinentes sobre a incorporação à norma do falante culto de inovações lingüísticas (*cf.* variações sintáticas e variações fonéticas acima). Estimamos que essas reflexões também têm relação com a língua falada, no caso da presente pesquisa, com o discurso formal oral:

Quando inovações lingüísticas se cristalizam na escrita culta, é porque já se incorporaram definitivamente à gramática da língua, uma vez que a língua escrita culta, como é bem sabido, é mais conservadora e leva mais tempo para absorver as variantes inovadoras, que se manifestam primeiramente na língua falada. Quando os falantes cultos de uma determinada sociedade param de reagir desfavoravelmente a determinados usos lingüísticos, quando param de considerá-los como “erros”, é porque a norma já mudou, num processo de auto-regulação natural a toda língua humana e que independe das instâncias de poder oficiais e oficiosas que pretendem controlar os destinos do idioma.

4.3 – PISTAS DE CONTEXTUALIZAÇÃO

A seguir, uma breve abordagem de uma corrente teórica de análise crítica do discurso que muito contribuiu para o avanço das pesquisas sociolingüísticas ao lançar luz sobre o fato de que o discurso se dá social e interacionalmente, assim como sobre a importância do contexto.

O estudo de Grumperz (2002) trata do que ele denominou de *convenções de contextualização*, que são as pistas de natureza sociolingüística que os falantes utilizam para sinalizar os seus propósitos comunicativos ou para inferir os propósitos conversacionais do interlocutor. Trata-se de pistas lingüísticas (por exemplo, alternância de código, de dialeto ou de estilo, de escolhas semântico-lexicais), pistas paralingüísticas (por exemplo, o valor das pausas, o tempo da fala, as hesitações) ou pistas prosódicas (por exemplo, a entoação, o acento, o tom). Elas se constituem de vários sistemas e subsistemas de sinais culturalmente estabelecidos. Há também pistas não-verbais: direcionamento do olhar, distanciamento entre os interlocutores e suas posturas, a presença de gestos etc. Gumperz privilegia em sua análise teórica os traços lingüísticos contextuais que até então tinham sido colocados de lado pelos sistemas lingüísticos.

De maneira muito sucinta, arrolaremos a seguir alguns pontos de destaque no modelo teórico proposto por este autor: 1) contribuição da pragmática, especificamente do estudo das *implicaturas conversacionais* (que são, grosso modo, “todos os traços lingüísticos que contribuem para a sinalização de pressupostos contextuais” (Gumperz, 2002)), na compreensão de processos inferenciais – Gumperz salienta, entretanto, que essas precisam ser concebidas via a inserção em seqüências de *falas-em-interação* de ocorrência natural, e não em contextos/cenários idealizados; 2) necessidade de preconizarmos a contextualização a partir de uma “compreensão da(s) força(s) ilocucionária(s) das elocuções”, sendo a teoria dos *atos de fala* um subsídio para a compreensão dos processos de inferência conversacional; 3) contribuição dos etnometodológicos (analistas da conversa) sobre o efeito da “seqüencialidade nas construções discursivas face a face e das mudanças sutis e graduais que se dão nesse processo (a força de uma elocução a partir de sua inserção numa seqüência conversacional)”; 4) o processo inferencial é de natureza sugestiva e nunca assertiva, baseado em pressuposições (pois se trata da interpretação do ouvinte sobre o que o falante deseja comunicar). Importante mencionar, como assinalam os organizadores da obra em que se encontra o artigo de Gumperz em questão (Ribeiro e Garcêz), “que esse conhecimento pressuposto ou ‘conhecimento de mundo’ é reinterpretado na conversa, sendo construído social e interacionalmente”.


5 – CONCLUSÃO

Podemos verificar, e os exemplos e marcas ilustrados no capítulo dedicado à Análise dos Dados atestam tal evidência, que o contexto de sala de aula nas instituições de ensino superior utilizadas privilegia o discurso formal, sobretudo em razão de se tratar do discurso marcante e distintivo dos falantes de prestígio e de autoridade, de falantes que já “aprenderam” ou “confirmaram” a expressão da formalidade, por se tratar em suma de falantes instruídos, detentores das formas cultas de expressão, das formas de prestígio.

De fato, porém, podemos admitir a hipótese de que o nível de escolaridade (nível universitário), variável de base para a escolha dos falantes do contexto estudado, é um ponto de identificação para marcar um discurso próprio dos falantes cultos que, ao mesmo tempo, revelaram uma linguagem, em geral, também pertencente aos falantes comuns, de instrução média, e isto a despeito da situação formal em que se encontravam.

Nesse sentido, a produção do discurso culto observado no contexto estudado faz uso particular dos procedimentos de correção, de bom uso da língua, de belo uso da língua, de precisão, assim como de algumas características mais ligadas à escrita, como coesão e coerência de elementos e aspectos sintáticos, semântico-lexicais e fonéticos.

Mas também observamos, nesse mesmo sentido, que os falantes cultos “sofreram”, como de resto todo o conjunto da sociedade brasileira, influência das transformações sociais contemporâneas (essencialmente, o processo de democratização da cultura urbana) e do uso lingüístico da mídia (a ação da norma empregada pela mídia), como afirma Preti (1997), além das implicações de problemas interacionais inerentes ao contexto da nossa pesquisa (de uma situação formal). Eis a razão, ao nosso ver, da produtividade em muitos e variados momentos do mesmo discurso dos falantes urbanos comuns, de escolaridade média – mesmo se tratando de gravações conscientes em situação formal, ou seja, de menor espontaneidade. Eis a razão, ao nosso ver, de o discurso formal oral no contexto estudado ser muito permeável às formas irregulares de variação sintática e de variação fonética, como atestam os exemplos dados pela presente pesquisa em matéria de variações desviantes.



Outra característica importante é o fato de que o discurso formal parece também se caracterizar pela grande produtividade de termos técnicos, específicos, ligados a terminologias variadas, aos grupos profissionais, como atestam os exemplos dados pela pesquisa.

Os falantes cultos do contexto estudado ratificam a formalidade discursiva por meio da partilha dos mesmos sistemas lingüísticos, dos quais dependem a inteligibilidade do discurso e a compreensão das implicações do contexto, mas apresentam processos cognitivos e uso da língua bastante heterogêneos – a despeito do contexto global que compartilham.

Com relação às influências da norma empregada pela mídia, o que se deseja abordar aqui não são tanto as influências da norma da mídia sobre o discurso formal (já que elas não se dão de maneira “pedagógica”, ou de um dia para o outro, nem sua transmissão nem seus modos de *imposição* são assim tão claros), mas as maneiras como esse agente de direito privado que se constitui política e economicamente como uma instância de poder monta seu “quadro de referência” (Foucault, 1970). E, como sustenta Hanks (2008), “retomando” Foucault, “o quadro de referência é o ‘discurso’, significando formações de crença em larga escala e categorizações atravessadas pelas relações de poder e articuladas em ‘assembléias’”.

A relação que queremos fazer aqui entre mídia e linguagem, mais precisamente entre discurso formal e norma empregada pela mídia, reside no seguinte aspecto: há uma tendência expressa pela mídia, o que Bagno (2001) chama de “dupla personalidade lingüística da mídia: discurso prescritivista versus prática não-normativa”, que consiste em transformar o discurso formal e seu contexto, cuja natureza é justamente seu âmbito de relações sociais (portanto de interações sociais, não-privadas, mais políticas, digamos assim, e não características de relações e contextos privados), injetando-lhe uma boa e sistemática dose de características da informalidade e de aspectos da vida privada, “íntima”, numa tentativa de logo estabelecer um âmbito de comunicação de relações pessoais, privadas, portanto de um contexto e discurso informais. Não é à-toa que vemos com mais e mais frequência nos noticiários, no rádio e na televisão, no curso de entrevistas em que a notícia é intercalada com a fala dos envolvidos no fato, os repórteres indagarem a alguém, seja a um transeunte ou a um dignatário de uma nação importante:

“O que você sentiu/sente com isso?” ou “O que você achou/acha disso?” ou “Você gosta/não gosta disso?” ou “Como se sentiu/se sente?” Como afirma Chauí (2007), “não se pergunta aos entrevistados o que *pensam* ou o que *julgam* dos acontecimentos, mas o que *sentem*, o que *acham*, se lhes *agrada ou desagrada*” (grifos nossos). Não é casual que os noticiários, no rádio e na televisão, recorram a “personalidades”, indagando-lhes sobre o que estão lendo no momento, a que filme assistiram na semana passada, o que vão comer na semana que vem, que roupa usam para dormir, qual a lembrança mais marcante da infância, o que sentiram diante daquela catástrofe que se abateu sobre aquela pobre gente, o que sentiram diante do genocídio que houve num esquecido e longínquo país africano, qual o sabor preferido do sorvete, em quem pensa votar, qual o restaurante preferido, qual o perfume desejado. “Os assuntos se equivalem, todos são questão de gosto ou preferência, todos se reduzem à igual banalidade do ‘gosto’ ou ‘não gosto’, do ‘achei ótimo’ ou ‘achei horrível’” (Chauí, 2007). Como sabemos, as relações pessoais e o âmbito, o contexto em que se dão geralmente não priorizam o discurso formal, pois este é característico também de um ambiente em que o falante se mostra mais reservado, refletido, distante e “frio”.

Christopher Lash *apud* Chauí (2007) observa que “os meios de comunicação de massa tornaram irrelevantes as categorias da verdade e da falsidade, substituindo-as pelas noções de credibilidade ou plausibilidade e confiabilidade – para que algo seja aceito como real basta que apareça como crível ou plausível, ou como oferecido por alguém confiável”. Como os fatos cederam lugar às declarações de “personalidades autorizadas”, que, por sua vez, não transmitem informação, mas preferências, gostos, sentimentos, impressões pessoais, “qual a base de apoio da credibilidade e da confiabilidade?”, pergunta a autora. E nos dá a resposta, apontando para outra marca da emissão da mídia:

Trata-se do apelo à intimidade, à personalidade, à vida privada como suporte e garantia da ordem pública. Em outras palavras, os códigos da vida pública passam a ser determinados e definidos pelos códigos da vida privada, abolindo-se a diferença entre espaço público e espaço privado (...).

As relações interpessoais, as relações intersubjetivas e as relações grupais aparecem com a função de ocultar ou de dissimular as relações sociais enquanto sociais e as relações políticas enquanto políticas, uma vez que a marca das relações sociais e políticas é serem determinadas pelas

instituições sociais e políticas, ou seja, são relações mediatas, diferentemente das relações pessoais, que são imediatas, isto é, definidas pelo relacionamento direto entre pessoas, e por isso mesmo nelas os sentimentos, as emoções, as preferências e os gostos têm papel decisivo. As relações sociais e políticas, que são mediações referentes a interesses e a direitos regulados pelas instituições, pela divisão social das classes e pela separação entre o social e o poder político, perdem sua especificidade e passam a operar sob a aparência da vida privada, portanto referidas a preferências, sentimentos, emoções, gostos, agrado e aversão.

Eis a característica intrincada nessa relação entre mídia e linguagem, entre discurso formal e norma empregada pela mídia, sobre a qual gostaríamos de fornecer alguns elementos. Operando uma espécie de “privatização do social e do político” (Chauí, 2007), os meios de comunicação de massa põem no chão uma categoria muito fundamental das democracias: a da opinião pública – “definida como expressão, no espaço público, de uma reflexão individual ou coletiva sobre uma questão controvertida e concernente ao interesse ou ao direito de uma classe social, de um grupo ou mesmo da maioria” (Chauí, 2008). Podemos então afirmar que a manifestação dessa opinião pública, conseqüentemente, privilegiará os aspectos do discurso formal, porque é privilegiadamente em seu contexto que se dá.

Eis, para os interesses desta pesquisa, as características que observamos e que fazem com que o discurso formal nas salas de aula das instituições de ensino superior utilizadas tenha hoje incorporado aspectos lingüísticos em sua maioria oriundos dos aspectos característicos do discurso informal e do uso lingüístico comum das camadas da população instruída, mas também oriundos da presença irrefragável da voz da mídia.

6 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

PRETI, Dino. *A propósito do conceito de discurso urbano oral culto: a língua e as transformações sociais*. In: _____ (org.). **O Discurso Oral Culto**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1997; pp. 9 a 27.

_____. *Sociolinguística. Os níveis de fala*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1982.

BARROS, Diana Luz Pessoa de. *A propósito do conceito de discurso urbano oral culto: definições e imagens*. In: PRETI, Dino (org.). **O Discurso Oral Culto**. São Paulo: Humanitas FFLCH/USP, 1997; pp. 29 a 46.

KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Os Atos de Linguagem no Discurso. Teoria e funcionamento*. 1ª edição. Niterói: EdUFF, 2005.

HANKS, W.F. *Língua como prática social: das relações entre língua, cultura e sociedade a partir de Bourdieu e Bakhtin*. In: BENTES, Anna Christina; REZENDE, Renato C e MACHADO, Marco Antônio R (Orgs.). **A língua como prática social**. São Paulo: Cortez, 2008; pp. 169 a 203.

OLIVEIRA, Cibele Brandão de. *O discurso formal nos contextos de sala de aula e de reuniões acadêmicas*. Brasília, 2008. Projeto de pesquisa registrado no Curso de Pós-Graduação em Linguística da Universidade de Brasília-UnB.

BAGNO, Marcos. *A norma oculta: Língua & poder na sociedade brasileira*. 4ª edição. São Paulo: Parábola, 2003.

_____. *A dupla personalidade linguística da mídia impressa: discurso prescritivista versus prática não-normativa*. Seminário "Mídia e Leitura", do 13º Congresso de Leitura do Brasil-COLE. Campinas, 19 de julho de 2001. Disponível em www.marcosbago.com.br/conteúdo/arquivos. Acesso em 9 de novembro de 2008.

_____. *Nada na língua é por acaso. Por uma pedagogia da variação linguística*. São Paulo: Parábola, 2007; pp. 35 a 56.

ALEONG, Stanley. *Normes linguistiques, normes sociales, une perspective anthropologique*. In: BEDARD, E. et MAURAIS, J. (Orgs.). **La norme linguistique**. Paris: Le Robert, s/d ; pp. 29 a 39.

GUMPERZ, John J. *Convenções de contextualização*. In: RIBEIRO, B.T. e GARCEZ, P.M. (Orgs.). **Sociolinguística interacional**. São Paulo : Loyola, 2002; pp. 149 a 182.

BLOOMAERT, Jon. *Duas concepções críticas de contexto*. In: SIGNORINI, Inês (Org.). **Situar a língua(gem)**. São Paulo: Parábola, 2008 ; pp. 93 a 115.

WILSON, Victoria. *Motivações pragmáticas*. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). **Manual de Língua**. São Paulo: Contexto, 2008; pp. 87 a 109.

TRASK, R. L. *Dicionário de Linguagem e Lingüística*. 1ª edição. São Paulo: Contexto, 2004; pp. 113 a 119.

FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso*. 17ª edição. São Paulo: Loyola, 2008; p. 9.

CHAUÍ, Marilena. *Simulacro e poder. Uma análise da mídia*. 1ª reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007; pp. 5 a 78.